

ABIIS

Aliança Brasileira da Indústria
Inovadora em Saúde

BOLETIM ECONÔMICO

EDIÇÃO 48 | DADOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024



websetorial

REALIZAÇÃO

Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (ABIIS)

PRESIDENTE EXECUTIVO – José Márcio Cerqueira Gomes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Bruno Boldrin Bezerra (AdvaMed)

VICE-PRESIDENTE – Carlos Eduardo Paula Leite Gouvêa (CBDL)

DIRETOR-TESOUREIRO – Fabio Arcuri de Carvalho (CBDL)

DIRETOR-SECRETÁRIO – Sergio Dilamar Bitencourt da Rocha (ABRAIDI)

DIRETOR – Sergio Alcântara Madeira (ABRAIDI)

DIRETORA – Lílíana Maria Perez Marques (CBDL)

DIRETOR – Steven John Telles Bipes (AdvaMed)

DIRETOR – André Domingos Gaban (AdvaMed)

DIRETOR – Davi Uemoto da Silva (ABRAIDI)

Elaboração

Websetorial Consultoria Econômica

Patrícia Vêras Marrone

Fabíola Paneque

Projeto Gráfico

Alpha Design e Comunicação

Diagramação

Fabíola Paneque

Revisão

Paulo Alexandre Rocha Teixeira

SUMÁRIO

Conjuntura macroeconômica no ano de 2024 e perspectivas para 2025	3
Desempenho geral do setor	8
Desempenho do emprego no setor	9
Comércio internacional de produtos do setor	10
Importações brasileiras de dispositivos médicos (DMs), de 2015 a 2024	11
Origem das importações de DMs, de janeiro a dezembro de 2024	13
Destino das exportações de DMs, de janeiro a dezembro de 2024	14
Número de estabelecimentos de saúde	16
Número de leitos hospitalares	17
Número de internações hospitalares por procedimentos realizados no SUS	18
Número de internações hospitalares para cirurgias	19
Número de procedimentos com finalidade diagnóstica na atenção ambulatorial	20
Relatório de mercado	21

CONJUNTURA MACROECONÔMICA

NO ANO DE 2024 E PERSPECTIVAS PARA 2025

CONJUNTURA MACROECONÔMICA

Em 2024, inúmeros países foram impactados por guerras, tensões geopolíticas e mudanças climáticas. Houve também aqueles que promoveram afrouxamentos em suas políticas monetárias após o aperto necessário para reverter a inflação que sucedeu a pandemia. Nesse contexto político e econômico, a recuperação do crescimento mundial tem ocorrido de forma desigual e sustentada por poucas economias desenvolvidas. Mais recentemente, a mudança radical de política comercial por que passa os Estados Unidos, com a eleição e posse de Trump, impactará as economias de vários países, incluindo o Brasil.

Estados Unidos: Biden tirou os EUA da recessão pós-pandemia aprovando um pacote de estímulo de US\$ 1,9 trilhões logo no início do mandato, voltado para investimentos de infraestrutura. Entrega a Trump uma economia aquecida, mas com poder de compra da população ainda bastante afetado pela inflação dos últimos 5 anos. O ritmo de crescimento da economia dos Estados Unidos se reduziu lentamente, ao longo de 2024 e, junto com ele, as pressões inflacionárias, fato que permitiu baixar as taxas de juros de referência. Com isso, as condições de crédito para os mutuários na América do Norte foram favorecidas.

No entanto, com Trump, as políticas comerciais serão utilizadas como arma de negociação, principalmente entre EUA e China. Tal prática poderá elevar as tarifas de importação da média atual de 14% para cerca de 25% e, com isso, encarecer produtos importados pelos



norte-americanos, o que pode pressionar a inflação e forçar o Federal Reserve (Fed) a interromper – ou mesmo inverter – o ciclo de flexibilização da política monetária estadunidense. A iniciativa poderá afetar as cadeias produtivas globais.

Apesar de a China deter o poder hegemônico sobre a manufatura global, por meio da sua dominância em muitas cadeias de suprimentos, os EUA controlam grande parte dos serviços financeiros globais, o que permite a imposição de sanções financeiras a países (nos casos de Irã e Rússia) como ferramenta alternativa de pressão econômica, sobretudo tarifas. Além disso, Trump deverá atacar a burocracia e cortar impostos de empresas para atrair investimentos.

As previsões são de que a inflação chegue a 2,5%, em 2025, com a taxa dos fundos federais atingindo uma média de cerca de 3,9%, em 2025, antes de descer para a taxa neutra de cerca de 3,1%, em meados de 2026. O FED continuará a perseguir os objetivos de maximização do emprego e estabilidade de preços.

Após uma expansão de 2,7% em 2024 no PIB dos EUA, é previsto crescimento entre 1,9% e 2,0% em 2025.

Apesar do pessimismo de alguns analistas, o mercado acionário (S&P 500) se mostra bastante otimista com previsões de crescimento de 15% nos lucros das empresas norte-americanas em 2025, ante 9%, em 2024. O slogan “Make American Great Again” (MAGA) trará políticas de desregulamentação que beneficiarão o capital e o investimento.

As medidas de retaliação poderão prejudicar os setores que dependem de componentes essenciais e dos mercados estrangeiros. Ainda assim, a economia norte-americana prosseguirá com sua resiliência. A reconstrução da parte incendiada de Los Angeles exercerá pressões adicionais sobre o emprego e impulsionará o mercado de construção civil na região.

Europa: Os empresários europeus têm manifestado nas pesquisas baixa confiança na economia da região, ao terem passado, nos últimos 5 anos, por choques sucessivos relacionados à COVID-19, às tensões geopolíticas e aos debates políticos em torno da perda da vantagem competitiva da Europa nos mercados mundiais, em comparação com os EUA e a China.

Além disso, os preços da energia e dos produtos alimentares mantêm-se em máximos históricos, sendo as famílias com baixos rendimentos as mais afetadas. A política monetária do Banco Central Europeu (BCE) pós-Covid conduziu ao declínio da inflação anualizada, que partiu de 10% no quarto trimestre de 2022 para 2% no terceiro trimestre de 2024, não resultando em perdas de emprego. A taxa de desemprego na área do euro se mantém baixa, em torno de 6,3% em 2024. Entretanto, o cenário descrito poderá se alterar significativamente nos próximos trimestres.

Os EUA são o principal destino das exportações euro-



peias, que poderão ser afetadas pelo aumento das alíquotas de importações norte-americanas prometidas por Trump. Em 2023, representavam 17% do total das exportações, 2,6% do PIB da UE e 3,6% do PIB alemão. Os setores farmacêutico, químico e automobilístico são os mais expostos à procura dos EUA. Além disso, o aumento lento da produtividade e o envelhecimento da população podem afetar as perspectivas a longo prazo da região. O crescimento da economia da zona euro continua a ser modesto, mas acelerou para 0,9% em termos anuais em 2024, com previsão de 1,3% para 2025.

Na Alemanha, entretanto, o PIB está estagnado desde o fim de 2019, ao passo que o restante da zona do euro cresceu 5%, e a economia dos EUA, 11%. Em 2024, o PIB alemão caiu 0,2%, após recuo de 0,3% em 2023. O país se ressentiu de perda de competitividade nas suas exportações industriais com altos custos de energia e juros elevados. A crise entre a Rússia e a Ucrânia aumentou os custos da energia e o padrão de vida da população tem se deteriorado progressivamente. A imposição de tarifas pelo governo Trump poderá ter um impacto maior na Alemanha do que em outros países da Europa.

China: A economia chinesa tem sido impactada pelo declínio do mercado imobiliário, crise de financiamento dos governos locais e enfraquecimento no mercado de trabalho, gerando forte queda na confiança do consumidor.

O fraco consumo e o excesso de oferta de bens no mercado interno chinês tem forçado as empresas a reduzirem preços e causado queda nas margens de lucro das companhias, alto índice de desemprego entre os jovens, estagnação nos salários e, como consequência de tudo isso, deflação nos preços.

Diante dessas circunstâncias, as tensões sociais têm se acirrado e há informações de que ocorreram mais de 900 protestos no país no terceiro trimestre de 2024, dado o descontentamento de trabalhadores e de proprietários de imóveis que têm visto a erosão no valor da propriedade, que representa 70% da riqueza familiar na China.

As autoridades chinesas anunciaram crescimento de 5% no PIB em 2024, mas economistas acadêmicos de universidades chinesas questionam os dados divulgados pela Agência Nacional de Estatísticas. Segundo eles, a economia chinesa pode ter crescido em média apenas



cerca de 2% nos últimos três anos. Os resultados oficiais divulgados têm sido sempre próximos à meta estipulada pelo Governo, mas distantes da percepção do mercado. A sensação da população e dos empresários é de que a China já se encontra numa recessão.

Com a posse de Trump e a iminência da elevação em 60% nas tarifas norte-americanas sobre bens importados da China, avaliados em US\$ 500 bilhões, e em 20% nas tarifas dos bens exportados aos EUA originados nos demais países, esse cenário será agravado – mesmo que parte desse impacto venha a ser mitigado por meio de desvalorização da moeda local e pelo redirecionamento de exportações para outros mercados.

Argentina: Em 2024, Milei promoveu várias reformas para reduzir a inflação, favorecendo, com isso, o equilíbrio fiscal. Para tanto, adotou medidas para enxugar a máquina pública, reduzir a burocracia aduaneira e retirar as travas da economia protecionista com cortes de tarifas de importação. Foi exitoso nesse processo, já que a inflação argentina caiu de 211,4% em 2023, para 117,8%, em 2024, registrando superávit financeiro de 1,8% do PIB em 2024, o primeiro em 14 anos. Em 22 de dezembro de 2024, o governo pôs fim à cobrança de um imposto geral de 7,5% sobre todos os bens importados e acabou com a taxa de 30% sobre compras realizadas com cartão de crédito no exterior. A liberalização comercial da Argentina está sendo limitada pela participação no Mercosul, que impõe tarifa comum de até 20% sobre bens importados extra área (ou seja, para países que não participam do Mercosul) e permite apenas um número limitado de isenções tarifárias. Empresas argentinas do setor industrial advertem que um aumento das importações pode devastar esse setor que emprega 20% da força de trabalho. Por outro lado, a reabertura da economia promovida por Milei e a estabilização macroeconômica melhoraram as perspectivas de negócios.

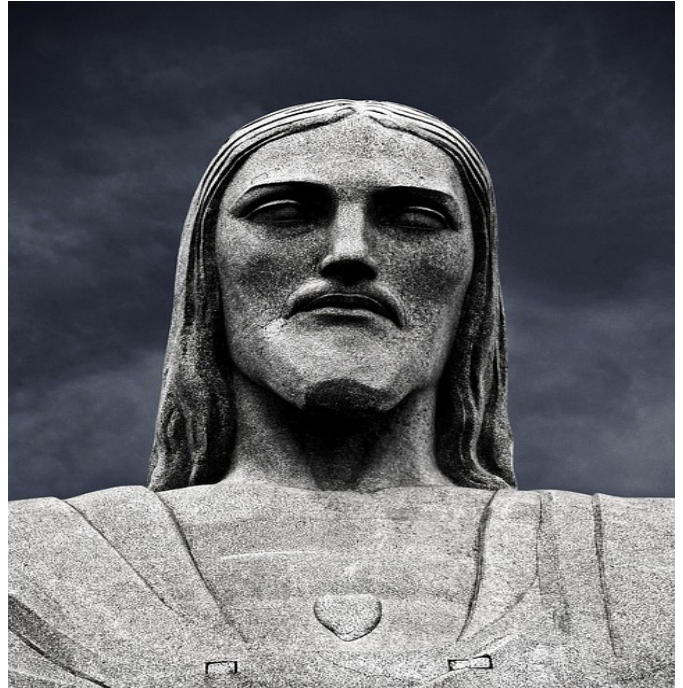
O governo argentino pretende ainda reduzir impostos no limite em que não comprometa o equilíbrio fiscal. Além disso, tem implementado medidas que facilitam a dolarização para estimular o consumo. Após ter conseguido baixar a inflação e ter promovido o equilíbrio fiscal, num primeiro momento, segue para uma segunda fase na qual almeja reduzir a pobreza, favorecendo o crescimento da economia.

Brasil: O governo brasileiro – desde o início da atual gestão e ao longo de todo o ano de 2024 – adota uma política de expansão da atividade econômica baseada em gastos públicos. A maneira como tal expansão tem se dado foi detalhada na edição anterior deste boletim econômico.

Com isso, o Brasil caminha para ter um déficit nominal, que inclui gastos com juros, na casa de 8,5% a 9% do PIB. Trata-se de um dos maiores déficits nominais do mundo, só inferior ao da Bolívia. Vários países da América Latina têm tido êxito em reduzir os seus déficits, a exemplo de México, Chile, Colômbia e Peru (com déficits inferiores a 4%). A Argentina, que tem promovido um ajuste mais severo, já registrou superávit em 2024.

O estoque de endividamento bruto do governo brasileiro que era de 71,7% do PIB no final de 2022 rumo para superar 86,1% ao final do presente mandato, em 2026, representando um crescimento de 14 pontos percentuais da dívida pública em relação ao PIB.

A situação se agravou no último trimestre de 2024 com a postura pouco comprometida do poder executivo com o ajuste fiscal, que desse perspectivas de estabilização do endividamento. Isso gerou perda de credibilidade do governo brasileiro diante dos investidores. E, com a expansão contínua das despesas, os principais indicadores pioraram. A inflação passou a fugir da meta de 3% (foi de 4,62% em 2023 para 4,83% em 2024, com perspectivas de 5% em 2025).



O Banco Central (BC) se viu obrigado a elevar os juros (a taxa Selic, em dezembro de 2023, foi de 11,75% ao ano, já na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em 11 de dezembro de 2024, subiu para 12,25% ao ano), com isso, os investidores passaram a se negar a emprestar para o governo, retirando-se gradualmente do Brasil. Em decorrência desse entrave, houve desvalorização do real (a taxa de câmbio que era de 4,8 R\$/dólar, em dezembro de 2023, chegou a R\$ 6,0 R\$/US\$, em dezembro de 2024). Assim, a piora se deve à percepção dos agentes de que a inflação e a dívida pública estão saindo do controle.

PERSPECTIVAS

Tensões comerciais e geopolíticas trarão incertezas ao cenário internacional e uma previsão da Organização Mundial de Comércio (OMC) de crescimento de 3% para o comércio global, para 2025. As empresas precisarão planejar respostas ágeis a imprevistos como sanções comerciais e imposição de barreiras tarifárias.

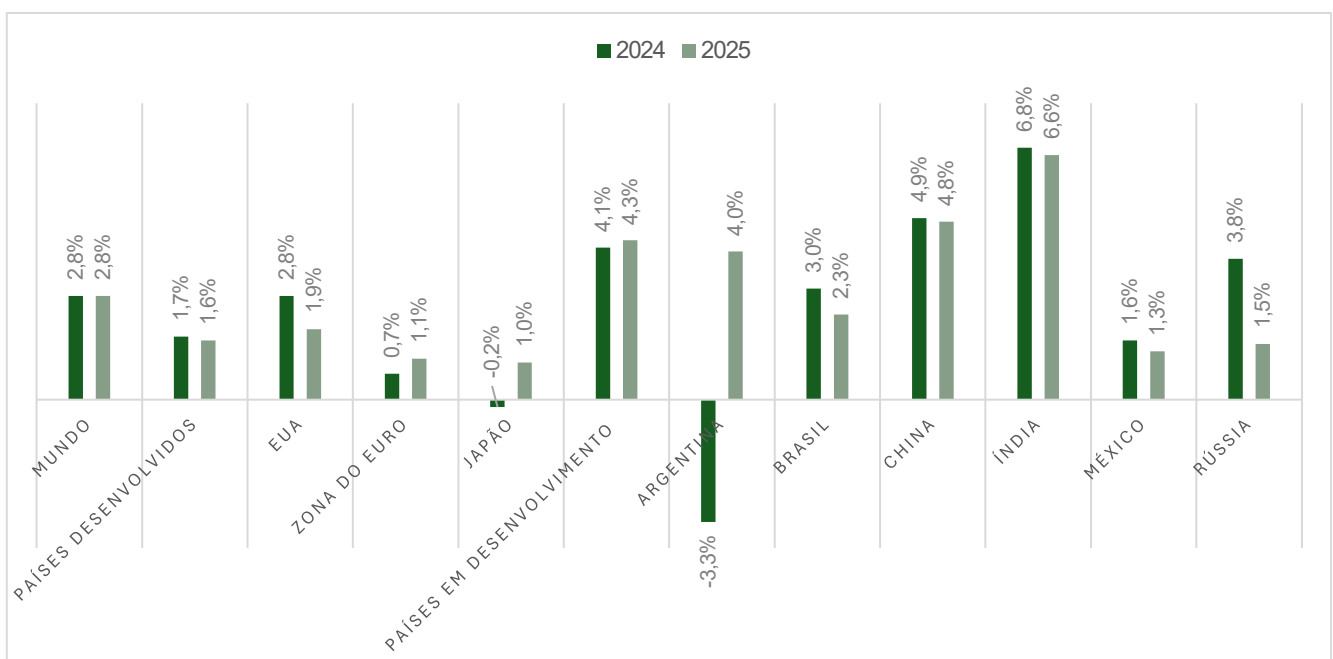
A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que as economias em desenvolvimento tiveram expansão de 4,1% em 2024, e as projeções são de 4,3% para 2025, abaixo da média de crescimento de 5,2% entre 2010 e 2019. Para os países desenvolvidos, a ONU projeta aumento de 1,7% em 2024 e 1,6% em 2025, também abaixo do crescimento de 2% do período 2010-2019, que antecedeu à pandemia. A entidade estimou avanço de 2,8% para a economia global em 2024 e 2025 (Gráfico 1).

Em meio ao endurecimento dos EUA com a política comercial chinesa e à falta de resolução para a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a intensificação das tensões geopolíticas poderá pesar sobre o sentimento do mercado, os investimentos e os fluxos de capital, em 2025. O Brasil tem déficit comercial com os Estados Unidos e isso deixaria o País menos expostos às sanções. Existe, no entanto, a possibilidade de México e Canadá passa-

rem a ter mais interesse em expandir acordos bilaterais com o Governo Federal brasileiro.

Entretanto, com as sanções dos EUA contra a China, o excesso de capacidade produtiva dos chineses pode se transformar em uma inundação de exportações baratas de Pequim para vários países, incluindo o Brasil, o que pode causar um movimento global de elevação de tarifas com o objetivo de proteger a indústria local de cada país. A proximidade de Milei com o governo Trump abre oportunidades para investimentos na Argentina baseados no conceito de “friendshoring” (busca de parcerias estratégicas com países com alinhamento nas relações diplomáticas), estando o Brasil em condição de desvantagem nesse sentido. O contexto internacional será mais adverso para a economia brasileira, o que aumenta a necessidade de uma política fiscal mais austera, dado o risco-país ficar mais vulnerável em um ambiente externo mais conturbado.

GRÁFICO 1 - ESTIMATIVAS DA ONU PARA O CRESCIMENTO DO PIB GLOBAL- EM 2024 E 2025



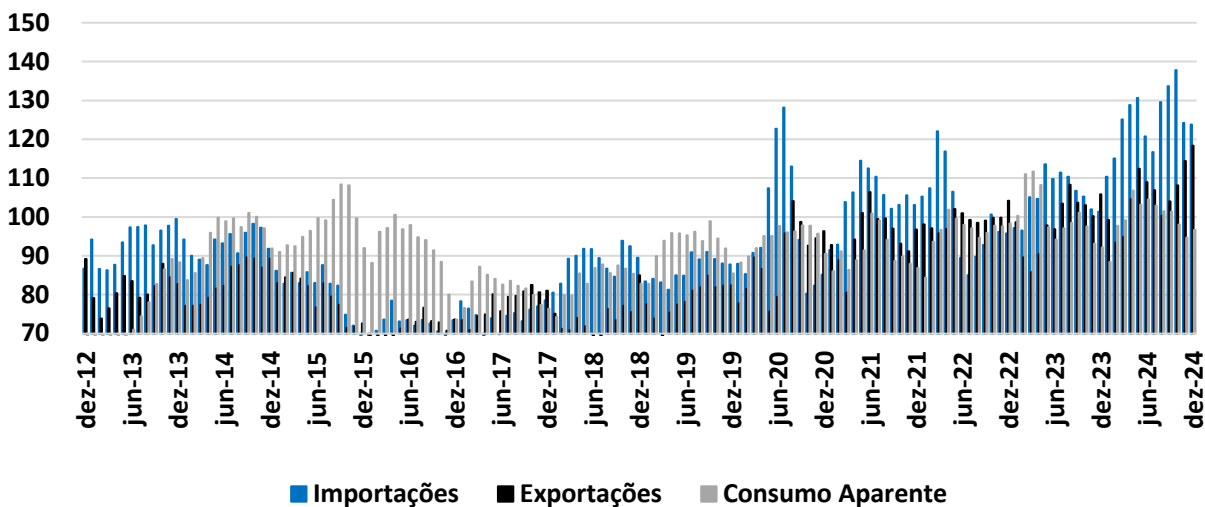
DESEMPENHO GERAL DO SETOR

Tabela 1 Produção, vendas e consumo aparente – em variação % | Até dezembro de 2024

Indicadores	Variação %	
	Mês/ Mês ano anterior Dez. 24/ Dez. 23	Ac. no Ano Jan. a Dez.24/ Jan. a Dez. 23
Produção na indústria		
Instrumentos e materiais para uso médico, odontológico e artigos ópticos	-5,5%	2,3%
Vendas no comércio varejista (em volume)		
Artigos farmacêuticos, médicos e ortopédicos	15,6%	20,4%
Índice de consumo aparente		
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	5,4%	11,5%
Materiais e equipamentos para a saúde	3,8%	5,6%
Próteses e implantes – OPME	-0,6%	5,2%
Reagentes e analisadores para diagnóstico <i>in vitro</i> ¹	11,4%	28,4%
Índices de preços		
Índice de Preços ao Produtor (IPP) – Fabricação de prod. farmoquímicos e farmacêuticos	0,19%	5,9%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Serviços laboratoriais e hospitalares	0,56%	5,8%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Planos de saúde	0,57%	7,6%

¹A grande variação no consumo aparente de reagentes e analisadores para diagnóstico *in vitro* no período em análise se deve a compras governamentais expressivas de produtos da NCM 30021590 no período, destinadas para os seguintes locais: Brasília, Valinhos, Aparecida de Goiânia, São Caetano do Sul.
 Fonte: PIM-PF/IBGE e PMC/IBGE | Elaboração: Websetorial

Gráfico 2 Evolução do consumo aparente ou mercado de Dispositivos Médicos (DMs) – Em número índice, média móvel trimestral (base média 2013 = 100) | Até dezembro de 2024



Fonte: Aliceweb/SECEX | Elaboração: Websetorial

DESEMPENHO DO EMPREGO NO SETOR

No acumulado de janeiro a dezembro de 2024, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), houve a abertura de 5.358 vagas nas atividades industriais e comerciais do setor de DMs, totalizando o contingente de 149.955 trabalhadores nesse mercado, número que não inclui

os empregados em serviços de complementação diagnóstica e terapêutica. Entre os segmentos, destaca-se o incremento de 1.539 postos de trabalho na “Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico” (Tabela 2).

Tabela 2 Empregos no setor – em número de trabalhadores e em percentual (%) | Até dezembro de 2024

EMPREGO	2024	2023	Saldo das contratações	Variação %
	Dezembro	Dezembro		
	A	A	A-B	A/B-1
Fabricação de Preparações Farmacêuticas (IVD)	3.717	3.637	80	2,2%
Fabricação de Equipamentos Eletromédicos, Eletroterapêuticos e Equipamentos de Radiação	6.206	6.317	-111	-1,8%
Fabricação de instrumentos e materiais de uso médico, odontológico e artigos ópticos	50.998	49.089	1.261	3,9%
Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos, sob encomenda	2.665	2.502	163	6,5%
Fabricação de ap. e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos, exceto sob encomenda	4.298	4.229	69	1,6%
Fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	16.151	15.188	963	6,3%
Fabricação de materiais para medicina e odontologia	25.948	25.329	619	2,4%
Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	1.936	1.841	95	5,2%
Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico	54.991	53.452	1.539	2,9%
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar	11.697	11.369	328	2,9%
Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	21.085	20.733	352	1,7%
Total ABIS	149.955	144.597	5.358	3,7%
Serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	301.677	300.078	1.599	0,5%

Fonte: Caged/MTE e Rais 2021 | Elaboração: Websetorial

*Ajustado pela Rais 2022

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS DO SETOR



No fechamento do ano de 2024, as importações de DMs totalizaram US\$ 8.012 milhões, com crescimento de 19,4% em relação ao mesmo período de 2023. As exportações de DMs, por sua vez, somaram US\$ 852 milhões, representando um crescimento de 8,7% no período em questão. A balança comercial ficou deficitária em US\$ 7.160 milhões, mostrando aumento de 20,8% no déficit da balança comercial do setor, no período de janeiro a dezembro de 2024 (Tabela 3).

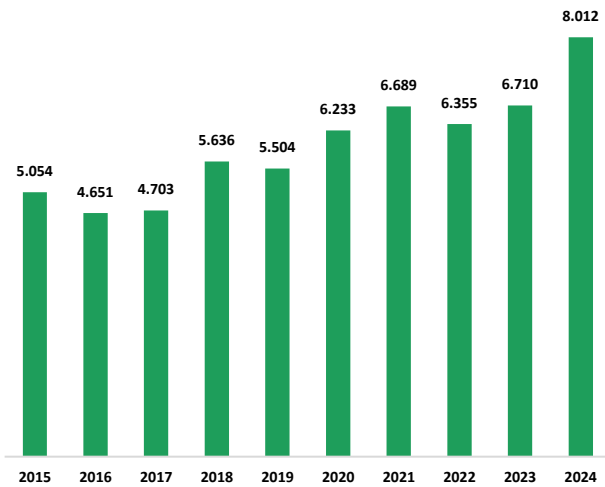
Tabela 3 Comércio exterior brasileiro nos grupos de Dispositivos Médicos (DMs) - Em milhões de dólares e em variação percentual (%) | Até dezembro de 2024

Segmentos	Ac. no ano		Jan. a Dez. 2024/ Jan. a Dez. 2023
	Jan. a Dez. 2024	Jan. a Dez. 2023	
Importações em milhões de US\$			
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	8.012	6.710	19,4%
Materiais e equipamentos para a saúde	4.288	3.932	9,0%
Próteses e implantes – OPME	1.258	1.203	4,6%
Reagentes e analisadores para diagnóstico <i>in vitro</i>	4.124	3.106	32,8%
Exportações em milhões de US\$			
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	852	784	8,7%
Materiais e equipamentos para a saúde	740	664	11,4%
Próteses e implantes – OPME	362	315	15,1%
Reagentes e analisadores para diagnóstico <i>in vitro</i>	145	149	-3,1%
Balança comercial em milhões de US\$			
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	-7.160	-5.926	20,8%
Materiais e equipamentos para a saúde	-3.548	-3.268	8,6%
Próteses e implantes - OPME	-896	-889	0,8%
Reagentes e analisadores para diagnóstico <i>in vitro</i>	-3.979	-2.956	34,6%

Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

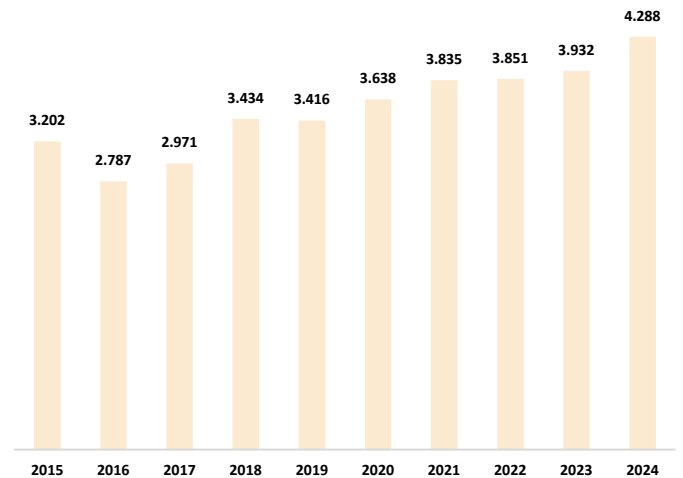
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE DISPOSITIVOS MÉDICOS (DMs) | EM MILHÕES DE DÓLARES | DE 2015 A 2024

Gráfico 3 Total de Dispositivos Médicos (DMs)



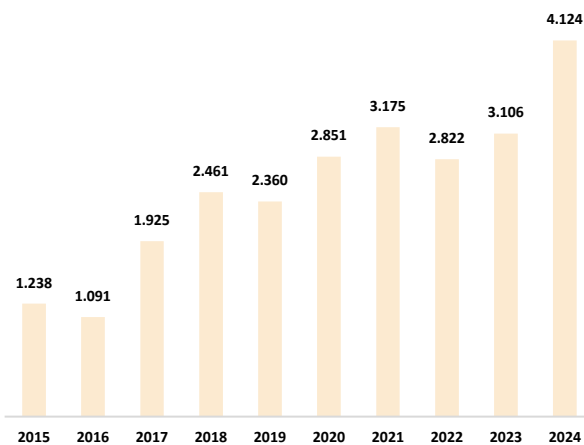
Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Gráfico 4 Materiais e equipamentos para a saúde



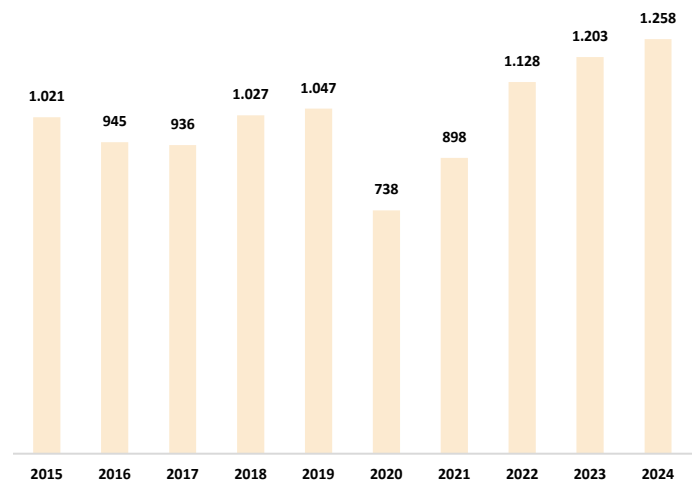
Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Gráfico 5 Diagnóstico *in vitro*: reagentes e analisadores para diagnóstico



Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Gráfico 6 Próteses e implantes - OPME



Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Tabela 4 Comércio exterior brasileiro nos grupos de Dispositivos Médicos (DMs) - Em milhões de dólares e em variação percentual (%) | Até dezembro de 2024

Segmentos	Ac. no ano		Jan. a Dez. 2024/ Jan. a Dez. 2023
	Jan. a Dez. 2024	Jan. a Dez. 2023	
Importações em milhões de US\$			
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	8.012	6.710	19,4%
Materiais e equipamentos para a saúde	4.288	3.932	9,0%
Audiologia	158	145	9%
Cardiovascular	170	166	3%
Demais equip. de uso hospitalar - inclusive <i>laser</i>	1.092	1.021	7%
Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)	41	38	8%
Equip. e material de apoio - OPME	568	544	4%
Equip. para diagnóstico por imagem e insumos	578	533	8%
Equipamentos para laboratório	455	368	24%
Materiais e aparelhos para odontologia	180	171	5%
Materiais e suprimentos	1.071	1.005	7%
Mobiliário para uso odonto/médico/hospitalar	66	48	39%
Oftalmologia	170	134	27%
Ortopedia	317	313	1%
Reagentes para IVD	3.716	2.781	34%
Equipamentos e analisadores para IVD	409	325	26%
Exportações em milhões de US\$			
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	852	784	8,7%
Materiais e equipamentos para a saúde	362	315	15,1%
Audiologia	5	9	-40%
Cardiovascular	119	84	42%
Demais equip. de uso hospitalar - inclusive <i>laser</i>	84	73	14%
Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)	3	3	18%
Equip. e material de apoio - OPME	74	72	3%
Equip. para diagnóstico por imagem e insumos	33	33	-1%
Equipamentos para laboratório	21	20	6%
Materiais e aparelhos para odontologia	99	82	20%
Materiais e suprimentos	267	258	3%
Mobiliário para uso odonto/médico/hospitalar	8	9	-18%
Oftalmologia	2	2	8%
Ortopedia	100	91	10%
Reagentes para IVD	125	130	-4%
Equipamentos e analisadores para IVD	20	19	3%

Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Observação: A soma dos itens da Tabela 4 é maior do que o valor total de DMs, porque algumas NCMs constam em mais de um segmento.

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES DE DMs - DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

De janeiro a dezembro de 2024, os Estados Unidos foi o principal país de origem das importações brasileiras de DMs, do qual o Brasil comprou US\$ 1.227 milhões ou 15,3% dos US\$ 8.012 milhões em DMs que importa. Países como Alemanha (15,1%) e China (11,1%) também foram importantes fornecedores de produtos para o Brasil (Gráfico 7).

Observa-se também que os Estados Unidos foram o principal fornecedor de DMs para o Brasil em 9 dos segmentos de mercado. E, em outros cinco segmentos, a China é o principal fornecedor.

No de reagentes para IVD, a Alemanha aparece como *player* relevante (Tabela 5).



Gráfico 7 Origem das importações de DMs | De janeiro a dezembro de 2024

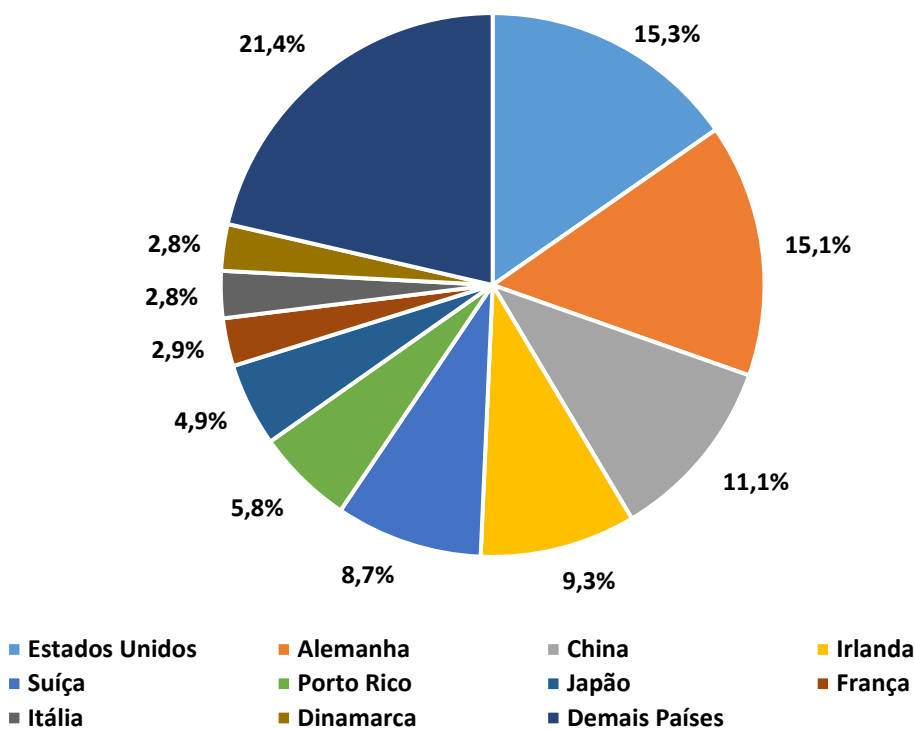


Tabela 5 Principais países de origem das importações brasileiras nos grupos de Dispositivos Médicos (DMs) - Em milhões de dólares e em participação (%) | Acumulado de janeiro a dezembro de 2024

Segmentos	Total de importações em milhões US\$	Principal país de origem das importações	Valor importado do principal parceiro	Participação do parceiro no total (%)
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	8.012	Estados Unidos	1.227	15,3%
Materiais e equipamentos para a saúde	4.288	Estados Unidos	905	21,1%
Audiologia	158	Dinamarca	50	31,9%
Cardiovascular	170	Alemanha	38	22,6%
Demais equip. de uso hospitalar inclusive laser	1.092	China	278	25,5%
Diagnóstico por imagem e seus insumos	578	China	156	27,0%
Equip. e material de apoio OPME	568	Estados Unidos	149	26,3%
Equipamentos de proteção individual (EPIs) em US\$	41	China	22	52,7%
Equipamentos para laboratório	455	Estados Unidos	127	28,0%
Materiais e aparelhos para odontologia	180	China	36	20,1%
Materiais e suprimentos	1.071	Estados Unidos	219	20,5%
Mobiliário para uso odonto / médico / hospitalar	66	China	39	59,2%
Oftalmologia	170	Estados Unidos	62	36,6%
OPME	691	Estados Unidos	175	25,4%
Ortopedia	317	Estados Unidos	85	26,7%
Reagentes para IVD	3.716	Alemanha	715	19,2%
Equipamentos e analisadores para IVD	409	Estados Unidos	122	29,8%

Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Observação: A soma dos itens da Tabela 5 é maior do que o valor total de DMs, porque algumas NCMs constam em mais de um segmento. O valor total não considera as duplicações.

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE DMs - DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

No acumulado de janeiro a dezembro de 2024, os Estados Unidos foram o principal país de destino das exportações brasileiras de DMs, com valor de US\$ 852 milhões ou 22% dos produtos brasileiros exportados. Em segundo lugar, ficou a Argentina com a fatia de 7,5% desse mercado e US\$ 63 milhões em valor, seguida pela Holanda com 7,1% (Gráfico 8). Entre os segmentos, destacam-se as compras norte-americanas de equipamentos e material de apoio para “OPME”, que correspondem a 60,9% do total exportado pelo Brasil nesse segmento (Tabela 6).

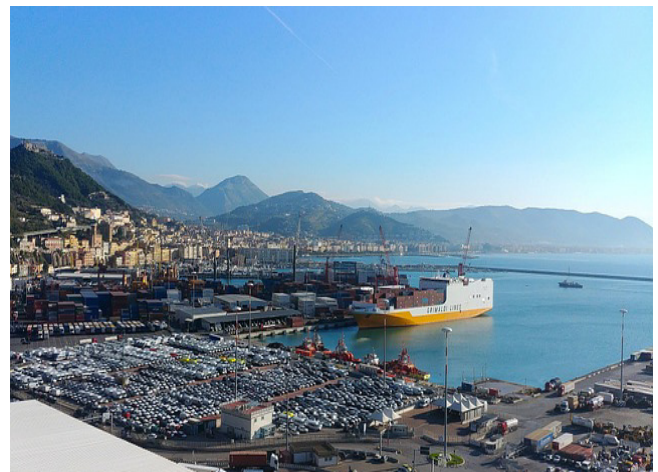
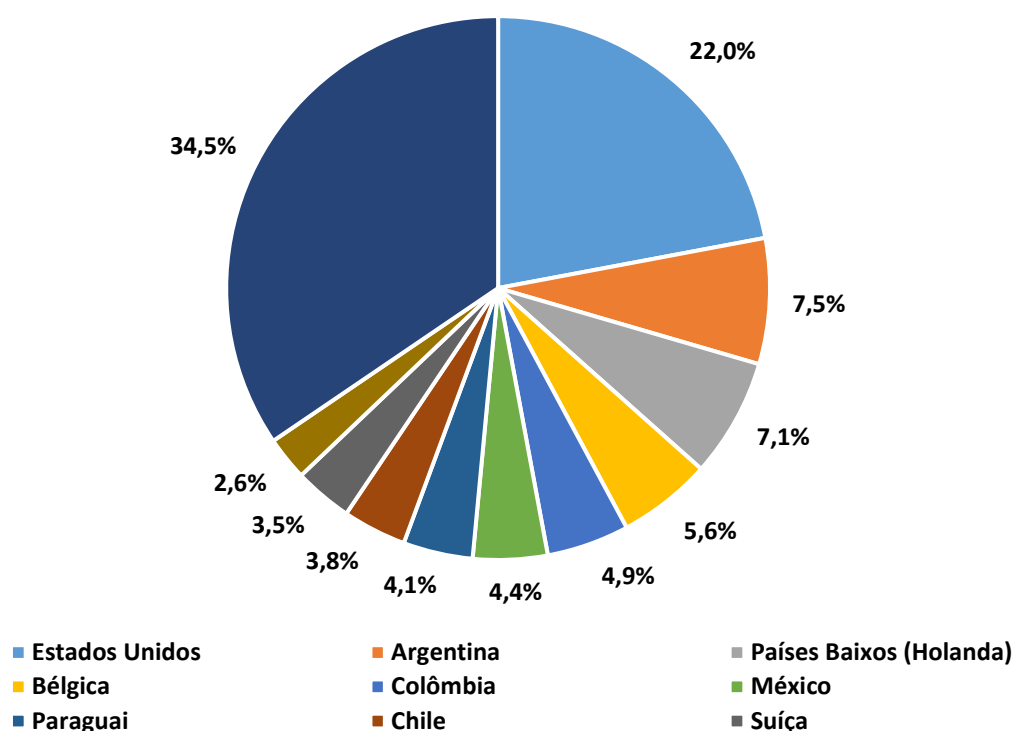


Gráfico 8 Destino das exportações de DMs | De janeiro a dezembro de 2024

Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Tabela 6 Principais países de destino das exportações brasileiras nos grupos de Dispositivos Médicos (DMs) - em mil dólares e em participação (%) | Acumulado de janeiro a dezembro 2024

Segmentos	Total de exportações em mil US\$	Principal país de destino das exportações	Valor exportado para o principal parceiro	Participação do parceiro no total (%)
Total de Dispositivos Médicos (DMs)	852	Estados Unidos	188	22,0%
Materiais e equipamentos para a saúde	740	Estados Unidos	183	24,7%
Audiologia	5	Estados Unidos	1	19,0%
Cardiovascular	119	Países Baixos (Holanda)	54	45,6%
Demais equip. de uso hospitalar inclusive laser	84	Estados Unidos	26	30,6%
Diagnóstico por imagem e seus insumos	33	Argentina	8	24,7%
Equip. e material de apoio OPME	74	Estados Unidos	45	60,9%
Equipamentos de proteção individual (EPIs) em US\$	3	Chile	1	23,4%
Equipamentos para laboratório	21	Estados Unidos	6	28,5%
Materiais e aparelhos para odontologia	99	Estados Unidos	31	31,0%
Materiais e suprimentos	267	Estados Unidos	64	24,2%
Mobiliário para uso odonto / médico / hospitalar	8	Paraguai	1	13,6%
Oftalmologia	2	Estados Unidos	1	59,4%
OPME	289	Estados Unidos	56	19,5%
Ortopedia	100	Estados Unidos	22	22,1%
Reagentes para IVD	125	Reino Unido	14	11,3%
Equipamentos e analisadores para IVD	20	Estados Unidos	6	30,1%

Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Observação: A soma dos itens da Tabela 6 é maior do que o valor total de DMs, porque algumas NCMs constam em mais de um segmento. O valor total não considera as duplicações.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em dezembro de 2024, houve a abertura de 2.343 estabelecimentos de saúde, em relação a dezembro de 2023. Destaca-se nesse contexto a abertura de 1.205 Centros de saúde/unidades básicas, que podem ter sido motivadas pela destinação de emendas parlamentares. Assim, em dezembro de 2024, o

Sistema Único de Saúde (SUS) totalizou 97.693 estabelecimentos de saúde, ante 95.350 em dezembro de 2023 (+2,5%).

Já na rede “Não SUS”, houve, no mesmo período, a abertura de 34.633 unidades de saúde no país. Entre as categorias, vale destacar a abertura de 19.352 novos consultórios e de 10.055 clínicas (Tabela 7).

Tabela 7 Brasil: Número total de estabelecimentos nas redes SUS e Não SUS | Até dezembro de 2024

Estabelecimentos	SUS			Não SUS		
	Dez. 24	Saldo Dez. 24 (-) Dez. 23	Variação (%)	Dez. 24	Saldo Dez. 24 (-) Dez. 23	Variação (%)
Central de gestão em saúde	6.087	47	0,8%	-	-198	-100,0%
Centro de atenção hemoterapia e ou hematológica	263	29	12,4%	296	7	2,4%
Centro de atenção psicossocial	3.480	92	2,7%	-	-1	-100,0%
Centro de saúde/unidade básica	42.351	1.205	2,9%	309	24	8,4%
Clínica/centro de especialidade	6.984	436	6,7%	69.598	10.055	16,9%
Consultório isolado	759	-13	-1,7%	206.274	19.352	10,4%
Farmácia	3.260	140	4,5%	14.989	2.887	23,9%
Hospital especializado	277	5	1,8%	593	22	3,9%
Hospital geral	2.458	46	1,9%	1.400	7	0,5%
Hospital/dia - isolado	67	7	11,7%	866	81	10,3%
Laboratório de saúde pública +LACEN	578	24	4,3%	297	15	5,3%
Policlínica	1.835	69	3,9%	9.550	450	4,9%
Polo academia da saúde	3.491	90	2,6%	-	-	-
Posto de saúde	7.217	-346	-4,6%	46	2	4,5%
Pronto-atendimento	1.481	117	8,6%	126	5	4,1%
Pronto-socorro geral	203	-17	-7,7%	52	-1	-1,9%
Serviço de atenção domiciliar isolado (home care)	125	16	14,7%	1.392	186	15,4%
Telessaúde	121	44	57,1%	124	81	188,4%
Unidade de apoio diagnose e terapia (SADT isolado)	1.595	10	0,6%	28.559	1.003	3,6%
Unid. móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	4.948	208	4,4%	405	31	8,3%
Outros *	10.113	134	1,3%	3.105	625	25,2%
Total	97.693	2.343	2,5%	337.981	34.633	11,4%

Fonte: DATASUS | Elaboração: Websetorial

* Unidade de vigilância em saúde, Central de abastecimento, Central de regulação do acesso, Unidade móvel terrestre, Unidade de atenção à saúde indígena, Centro de apoio à saúde da família, Cooperativa ou empresa de cessão de trabalhadores na saúde, Centro de imunização, Polo de prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde, Unidade mista, Central de regulação médica das urgências, Central de notificação, captação e distrib. de órgãos estadual, Unidade móvel fluvial, Pronto-socorro especializado, Unidade de atenção em regime residencial, Oficina ortopédica, Centro de parto normal - isolado.

NÚMERO DE LEITOS HOSPITALARES

No ano de 2024, o SUS registrou 313.896 leitos de internação hospitalar geral, contabilizando a abertura de 4.290 leitos em relação a dezembro de 2023. O saldo líquido positivo de leitos decorreu, principalmente, da abertura de 2.371 leitos clínicos e de 2.022 leitos cirúrgicos. No entanto, vale destacar o fechamento de 320 leitos obstétricos.

Na rede Não SUS, por sua vez, houve a abertura de 563 leitos na comparação com dezembro de 2023. Nesse contexto, destaca-se o fechamento de 287 leitos obstétricos e 238 pediátricos. Entre os leitos complementares, vale notar o fechamento de 173 leitos destinados ao suporte ventilatório pulmonar (Covid-19) (Tabela 8).

Tabela 8 Brasil: Número total de leitos nas redes SUS e Não SUS | Até dezembro de 2024

Leitos	SUS			Não SUS		
	Dez.24	Saldo Dez.24 (-) Dez.23	Variação (%)	Dez.24	Saldo Dez.24 (-) Dez.23	Variação (%)
Total de leitos geral	313.896	4.290	1,39%	141.124	563	0,4%
Cirúrgicos	79.745	2.022	2,60%	42.697	315	0,7%
Clínicos	123.500	2.371	1,96%	51.687	272	0,5%
Obstétricos	38.005	-320	-0,83%	12.273	-287	-2,3%
Pediátricos	37.029	215	0,58%	9.946	-238	-2,3%
Outras especialidades	29.073	-544	-1,84%	16.695	121	0,7%
Hospital-dia	6.544	546	9,10%	7.826	380	5,1%
Total de leitos complementares	43.188	1.368	3,27%	37.358	813	2,2%
UTI adulto II - Covid-19	-	0	N/D	-	0	#DIV/o!
UTI pediátrica II - Covid-19	-	0	N/D	-	0	#DIV/o!
Unidade intermediária	6.549	196	3,09%	3.812	193	5,3%
Unidade intermediária neonatal	220	-18	-7,56%	27	10	58,8%
Unidade de isolamento	4.037	-56	-1,37%	1.418	-33	-2,3%
UTI adulto	22.374	294	1,33%	21.988	491	2,3%
UTI pediátrica	3.512	236	7,20%	3.676	308	9,1%
UTI neonatal	5.189	59	1,15%	5.061	-67	-1,3%
UTI de queimados	161	0	0,00%	95	12	14,5%
UTI coronariana tipo II - UCO	562	73	14,93%	1.219	72	6,3%
Suporte ventilatório pulmonar - Covid-19	584	584	100%	62	-173	-73,6%
Total de leitos	357.084	5.658	1,61%	178.482	1.376	0,78%

Fonte: DATASUS | Elaboração: Websetorial

NÚMERO DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO SUS

No ano de 2024, ocorreram 13.854 mil de internações no SUS, cerca de 4,8% acima do verificado no mesmo período de 2023. Destaca-se o crescimento de 15,5% nas internações para “Métodos de diagnósticos em especialidades” no período em questão. As internações para tratamentos clínicos cresceram

3,9%, destacando-se, nesse contexto, o aumento nas internações para “Tratamento de outras doenças bacterianas” de 7,8% no terceiro trimestre de 2024 (Tabela 9). A queda de 9,9% nas internações para parto e nascimento explicam o fechamento nos leitos obstétricos (Tabelas 8 e 9).

Tabela 9 Brasil: Número total de internações hospitalares para consultas, tratamentos e diagnósticos no SUS - Em unidades e em variação percentual (%) | Acumulado de janeiro a dezembro de 2024

Subgrupo de procedimento	Jan. a Dez.24 (A)	Jan. a Dez.23 (B)	Varição % (A)/(B)
Coleta de material	13.795	12.770	8,0%
Diagnóstico por endoscopia	9.708	9.435	2,9%
Métodos de diagnósticos em especialidades	8.238	7.134	15,5%
Consultas/ Atendimentos/Acompanhamentos	526.850	478.457	10,1%
Tratamentos clínicos (outras especialidades)	5.212.939	5.018.912	3,9%
Tratamento de infecção pelo novo coronavírus - Covid-19	-	-	0,0%
Tratamento de pneumonias ou influenza (gripe)	692.266	673.070	2,9%
Tratamento de outras doenças bacterianas	426.709	395.806	7,8%
Tratamento de intercorrências clínicas na gravidez	240.926	239.047	0,8%
Tratamento de insuficiência cardíaca	203.919	209.538	-2,7%
Tratamento em oncologia	424.928	403.594	5,3%
Tratamento em nefrologia	254.292	254.287	0,0%
Tratamento de lesões, envenenamentos e outros decorrentes de causas externas	335.148	316.444	5,9%
Parto e nascimento	791.058	877.879	-9,9%
Procedimentos relacionados ao transplante de órgãos, tecidos e células	68.614	65.674	4,5%
Transplante de órgãos, tecidos e células	15.622	14.410	8,4%
Total	13.854.656	13.215.246	4,8%

Fonte: DATASUS | Elaboração: Websetorial

NÚMERO DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES PARA CIRURGIAS

Tabela 10 Brasil: Número total de internações hospitalares para cirurgias no SUS - Em unidades e em variação percentual (%) | Acumulado de janeiro a dezembro de 2024

Cirurgias	Jan. a Dez.24 (A)	Jan. a Dez.23 (B)	Varição % (A)/(B)
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	169.037	144.299	17,1%
Cirurgia de glândulas endócrinas	13.764	12.627	9,0%
Cirurgia do sistema nervoso central e periférico	114.425	102.505	11,6%
Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	162.327	141.288	14,9%
Cirurgia do aparelho da visão	173.858	141.244	23,1%
Cirurgia do aparelho circulatório	367.694	332.113	10,7%
Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	1.031.971	977.312	5,6%
Cirurgia do sistema osteomuscular	947.891	909.701	4,2%
Cirurgia do aparelho geniturinário	834.333	736.339	13,3%
Cirurgia de mama	37.211	34.110	9,1%
Cirurgia obstétrica	1.043.343	1.080.059	-3,4%
Cirurgia torácica	76.430	71.965	6,2%
Cirurgia reparadora	58.591	57.354	2,2%
Bucomaxilofacial	22.016	19.749	11,5%
Outras cirurgias	945.113	819.755	15,3%
Cirurgia em oncologia	195.460	175.830	11,2%
Total	6.193.464	5.756.250	7,6%

Fonte: DATASUS | Elaboração: Websetorial

No acumulado de janeiro a dezembro de 2024, as internações hospitalares no SUS para a realização de cirurgias apresentaram crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2023. No total, foram realizadas 6.193 mil cirurgias, ante 5.756 mil no mesmo período de 2023, destacando-se o aumento de 23,1% no item “Cirurgia do aparelho da visão”. As internações para cirurgias de “pele, tecido subcutâneo e mucosa”, também apresentaram crescimento expressivo de 17,1%, período em questão (Tabela 10).



NÚMERO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA NA ATENÇÃO AMBULATORIAL

No ano de 2024, a realização de exames na atenção ambulatorial do SUS cresceu 6% em relação ao mesmo período de 2023. No total, foram realizados em torno de 1.323.862 mil exames, ante cerca de 1.248.911 mil no mesmo período de 2023.

Nesse contexto, destacam-se os aumentos de 16,4% nos exames de “Diagnóstico por tomografia” no SUS. No período, destaca-se também o crescimento de 12,4% nos “Diagnósticos por ressonância magnética” (Tabela 11).



Tabela 11 Brasil: Número total de procedimentos com finalidade diagnóstica no SUS - Em mil unidades e variação percentual (%) | Acumulado de janeiro a dezembro 2024

Subgrupo de procedimento	Jan. a Dez. 24 (A)	Jan. a Dez. 23 (B)	Variação % (A)/(B)
Coleta de material	49.359.685	44.968.006	9,8%
Diagnóstico em laboratório clínico	992.861.417	941.641.962	5,4%
Diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia	13.303.238	13.460.430	-1,2%
Diagnóstico por radiologia	75.776.157	72.152.826	5,0%
Diagnóstico por ultrassonografia	27.145.585	24.325.197	11,6%
Diagnóstico por tomografia	11.884.958	10.206.533	16,4%
Diagnóstico por ressonância magnética	2.526.528	2.247.579	12,4%
Diagnóstico por medicina nuclear <i>in vivo</i>	528.683	509.322	3,8%
Diagnóstico por endoscopia	2.597.395	2.316.494	12,1%
Diagnóstico por radiologia intervencionista	74.851	69.821	7,2%
Métodos diagnósticos em especialidades	70.001.426	62.869.394	11,3%
Diagnóstico e procedimentos especiais em hemoterapia	18.120.608	17.429.276	4,0%
Diagnóstico em vigilância epidemiológica e ambiental	2.343.465	2.152.075	8,9%
Diagnóstico por teste rápido	57.338.374	54.561.639	5,1%
Total	1.323.862.370	1.248.910.554	6,0%

Fonte: DATASUS | Elaboração: Websetorial

RELATÓRIO DE MERCADO

EPIDEMIOLOGIA

Incidência de Câncer: De acordo com pesquisa publicada na revista *The Lancet*, a incidência global do câncer de próstata deve dobrar até 2040, em virtude do envelhecimento da população. No Brasil, segundo estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2024, cerca de 71.730 novos casos da doença devem ser registrados. Em razão desse alto número de casos, chega-se a uma previsão de 16 mil mortes por ano. De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, em 2023, o Brasil registrou 17.093 óbitos por conta da doença. Essas informações demonstram a importância de um diagnóstico precoce. O ideal seria que a população começasse a realizar esses exames a partir dos 50 anos. Esse tipo de câncer é o segundo mais comum na população masculina do país, atrás apenas dos tumores de pele não melanoma. No ano de 2023, os gastos com internações causadas por essa enfermidade na próstata somaram de R\$ 118,3 milhões contra R\$ 106,9 milhões em 2022, e R\$ 88,7 milhões, em 2021. E, em 2024, de janeiro a agosto, o valor já ultrapassou os R\$ 82,9 milhões. Por isso, para tentar frear o avanço dos casos, o Inca sugere a criação de seis centros regionais de diagnósticos do câncer de próstata espalhados pelo Brasil.

Fonte: DAMASCENO, Gabriel. Envelhecimento da população vai disparar casos de câncer de próstata: como proteger os brasileiros? Estadão. São Paulo, 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/envelhecimento-da-populacao-vai-disparar-casos-de-cancer-de-prostata-como-protger-os-brasileiros/>. Acesso em: 03 dez. 2024. VASQUES, Rafael. Represados na Covid diagnóstico de próstata aumentam. Valor. São Paulo, 12 de novembro de 2024. A2.

Incidência de AVC: De acordo com um estudo publicado em setembro de 2024, na revista *The Lancet Neurology*, o número de casos de Acidente Vascular Cerebral (AVC) aumentou 70% no mundo entre 1990 e 2021. Só em 2021, o AVC foi responsável por 7,3 milhões de mortes, tornando-se a terceira principal causa de óbi-



tos globais, ficando atrás apenas da doença arterial coronariana e da Covid-19, de acordo com os dados apresentados. Já no Brasil, foram registrados 239 mil novos casos de AVC em 2021 com 126 mil mortes pela doença. De acordo o Portal da Transparência do Centro de Registro Civil (CRC) do Brasil, com dados dos atestados de óbitos brasileiros, a mortalidade por AVC no Brasil cresceu, ultrapassando infarto, ficando em 103.769 em 2019, 104.847 óbitos em 2020; 109.431 em 2021; 115.090 em 2022 e 112.052 em 2023. No ano de 2024, até agosto, segundo dados dos registros de atestados de óbitos, morreram 50.133 brasileiros AVC no País. Esses números, desde 2019, ultrapassam os de morte cardiovascular, seguido os de infarto – relação inversa ao que se observa mundialmente. No período de 2015 a 2021, no País, a redução média anual da mortalidade por essa doença foi de apenas 0,75%, ante a uma redução média anual de 2,09% nos últimos 30 anos. Os achados do estudo apontam que as estratégias de prevenção dessa enfermidade utilizadas não são suficientemente e eficazes para interromper, muito menos reduzir, a carga crescente do AVC. Os casos no Brasil estão relacionados a alguns fatores, como a hipertensão, colesterol LDL elevado, diabetes, tabagismo, sobrepeso e obesidade.

Fonte: FERRARI, Leon. Avanços contra o AVC, que mata milhões por ano, parecem ter estagnado no mundo. Por quê? Estadão. São Paulo, 5 de outubro de 2024. A17. Maramélia Miranda, neurologista vascular da UNIFESP/EPM, e atual presidente da SBAVC. Atualizado em 09/08/2024. <https://avc.org.br/numeros-do-avc/>

Uso de antibióticos: Segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) quase 25% dos brasileiros tomaram antibióticos sem prescrição médica no último ano. Cerca de 30% dos entrevistados relataram tomar antibióticos sempre que ficam doentes ou várias vezes ao ano e apenas 61,3% disseram consultar um médico antes de usar esse tipo de remédio. O levantamento traz ainda outro dado preocupante, em que 27% dos que relataram usar antibióticos conseguiram a medicação sem receita, em farmácias menores e de bairro, ao passo que 15,3% em farmácias de rede. Esses casos contrariam a obrigatoriedade de apresentar a prescrição do médico para adquirir o produto, prevista desde 2010, mostrando a necessidade de um incremento na fiscalização. No entanto, o levantamento tem limitações, como o número de entrevistados e o uso de questionários pela internet, mas sinaliza, por alertar sobre algo que os infectologistas já desconfiavam: o uso sem prescrição de antibióticos ocorre e precisa ser combatido, principalmente em um momento no qual a resistência antimicrobiana (RAM) é uma das principais ameaças à saúde no mundo.

Fonte: FERRARI, Leon. Um em cada 4 relata uso de antibiótico sem receita no país. Estadão. São Paulo, 25 de novembro de 2024. A16.

SAÚDE PÚBLICA

Dispêndios com o SUS: O Brasil despense cerca de 4% do PIB para financiar o Sistema Único de Saúde (SUS), ao passo que 6% são alocados pela população para a saúde privada. Um número de cerca de 75% da população brasileira depende exclusivamente do SUS e, por isso, entre o público e o privado o acesso a recursos, insumos, prestação de serviços e dinâmicas é bastante desigual. Segundo a pesquisa “Setor Privado



e Relações Público-Privadas da Saúde no Brasil: Em busca do Seguro Perdido”, realizada pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) e a Umame (entidade filantrópica com atuação social no âmbito da saúde pública), a necessidade de financiamento do SUS é crescente. A pesquisa estimou que, para financiar a saúde, serão necessários mais 3,2 pontos percentuais do PIB até 2060, o que representará um esforço adicional de financiamento em torno de R\$ 1 trilhão por ano, ou de R\$ 350 bilhões, a valores atuais. E, embora existam margens para ganhos de eficiência e equidade do gasto público, os avanços nesse sentido têm se mostrado insuficientes.

Fonte: MEDICINA S/A. Saúde Privada no Brasil: estudo inédito analisa setor e suas relações com o SUS. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/saude-privada-br/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

Oferta de profissionais de saúde: De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2024, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil registrou um aumento de 23,6% no número de médicos entre 2019 e 2023. Em 2023, o País contava com 502,6 mil médicos – reforço de 23,6% em relação a 2019. No período anterior, entre 2015 e 2019, já havia sido registrado crescimento de profissionais da ordem de 16,4%. No Brasil, a taxa é de 24 médicos

por 10 mil habitantes – um índice bem abaixo do registrado em Portugal (57,7), Espanha (44,8), Argentina (40,8) e até mesmo na Colômbia (24,5). Além disso, os médicos são mal distribuídos no território nacional, com uma concentração muito grande no Sudeste e poucos profissionais no Norte e no Nordeste. Segundo o levantamento, para que todas as regiões tivessem o índice de 24 médicos por 10 mil habitantes, seriam necessários mais 64 mil profissionais, e eles teriam de ser redistribuídos.

Fonte: JASEN, Roberta. N° de médicos no Brasil aumentou 23,6% após pandemia de covid-19, diz IBGE. Valor. São Paulo, 2 de outubro de 2024. B3.

Disponibilidade de leitos de UTI neonatal no país:

Segundo o Ministério da Saúde, 340 mil bebês nascem prematuros todo ano, o equivalente a 930 por dia. O sistema de saúde, porém, dispõe de apenas 10.288 leitos de UTI para atendê-los, número inferior ao recomendado por entidades internacionais e nacionais, como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Para essas organizações, a oferta de leitos de UTI para recém-nascidos deve ser de, no mínimo, quatro para cada mil nascidos vivos. Segundo a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), das 27 unidades federativas do Brasil, 17 dispõem de menos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal do que o recomendado pela literatura científica, e seriam necessários 1,5 mil novos leitos para atingir a cobertura adequada.

Fonte: SHASTA, Layla. Brasil tem carência de 1,5 mil leitos de UTI, neonatal para atender recém-nascidos, diz estudo. São Paulo, 29 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/brasil-tem-carencia-de-15-mil-leitos-de-uti-neonatal-para-atender-recem-nascidos-diz-estudo-nprm/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Fila para a realização de exames de mamografia:

Segundo levantamento do Colégio Brasileiro de Radiologia (CBR), com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, no Brasil, mais de 77 mil mulheres aguardam por uma mamografia no Sistema Único de Saúde (SUS). Santa Catarina é o estado com mais mulheres na fila de espera, cerca de 17 mil, seguida por São Paulo

(15 mil) e Rio de Janeiro (12,5 mil). Juntos, os três estados somam 56% do total de pacientes à espera do principal exame para detecção do câncer de mama. O levantamento indica que o tempo médio de espera por uma mamografia no País é de 24,43 dias, mas em locais como Distrito Federal, Rondônia e Minas Gerais ele chega a 80, 59 e 53 dias, respectivamente. Enquanto isso, estados como Acre e Alagoas apresentam tempo médio de espera de cinco a 10 dias. De acordo com a análise do CBR, sobre os dados do Sistema de Regulação (SisReg) do Ministério da Saúde, a fila de espera por mamografias pode ser ainda mais longa do que o indicado. Uma vez que o SisReg, plataforma que deveria registrar em uma fila única as demandas por cirurgias eletivas no País, depende de dados fornecidos voluntariamente pelas secretarias de saúde estaduais e municipais. Um exemplo dessa discrepância pode ser observado no Distrito Federal, onde o sistema nacional informa uma fila de espera de 306 pacientes aguardando pelo exame, no entanto dados divulgados pela imprensa local, baseados no Mapa Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPTDF), apontam que o número real de mulheres à espera de uma mamografia é dez vezes maior, alcançando 3.600. Segundo o último relatório do Inca sobre o Controle do Câncer de Mama no Brasil, longos períodos entre a solicitação do médico e a emissão do laudo podem dificultar a adesão da população ao rastreamento. Em 2023, por exemplo, 48,8% das mamografias de rastreamento tiveram laudos liberados em até 30 dias após a solicitação do exame. Cerca de 36% dos laudos, por outro lado, foram liberados com mais de 60 dias.

Fonte: BRAGA, Thiago. Pelo menos 77 mil mulheres esperam por uma mamografia no SUS, aponta levantamento do Colégio Brasileiro de Radiologia. CBR. Disponível em: <https://cbr.org.br/pelo-menos-77-mil-mulheres-esperam-por-uma-mamografia-no-sus-aponta-levantamento-do-colegio-brasileiro-de-radiologia/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

ORNELLAS, Fernanda. 77 mil mulheres estão hoje na fila da mamografia; fila de espera é de 24 dias. Estadão. São Paulo, 17 de novembro de 2024. A17.

Santa Casa: A Santa Casa pretende vender sete imó-

veis em operação intermediada pela Santander Holding Imobiliária (SHI), visando obter R\$ 200 milhões para realizar pagamento de dívidas e para a criação de um fundo patrimonial. A entidade quer usar os R\$ 200 milhões para pagar parte da sua dívida, de R\$ 600 milhões, e iniciar um fundo patrimonial no modelo de “endowment”, no qual só os rendimentos são usados, para dar perenidade às doações.

Fonte: LUIZA TIEGHI. Santa Casa de SP vai vender sete prédios para reduzir dívida. Valor. São Paulo, 2 de outubro de 2024. B3.

Acordo Mercosul e EU – Compras públicas de produtos para a saúde:

O governo brasileiro conseguiu manter no acordo entre Mercosul e União Europeia o uso das compras do Estado como ferramenta para impulsionar a indústria brasileira de produtos para a saúde. Em termos gerais, o objetivo é dificultar compras externas para que o governo compre de empresas brasileiras, com isso, o governo brasileiro está vetado de comprar de outros países itens destinados ao SUS. Para as demais compras governamentais, o capítulo referente ao item permite que empresas estrangeiras participem de licitações no Brasil, mas com margem de preferência para os produtos e os serviços nacionais com políticas de incentivo a micro e pequenas empresas e à agricultura familiar. No entanto, esse acordo manteve a possibilidade de que o governo faça encomendas tecnológicas como uma política de fomento à inovação. O texto eliminou as restrições temporais (restrições de prazo) aos offsets tecnológicos e comerciais – aquisição de produtos que se vinculam a contratos de desenvolvimento e de compensação comercial, industrial ou tecnológica. O Brasil alegou a necessidade de retirar o SUS do acordo Mercosul–UE para induzir uma política nacional de industrialização da saúde. Segundo o governo brasileiro, a pandemia da Covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia acentuaram a necessidade de o setor de saúde reduzir a dependência de insumos da China e da Índia.

Fonte: BULLA, Beatriz. Brasil mantém poder sobre compras pú-

blicas e exclui SUS. Valor. São Paulo, 7 de dezembro de 2024. B2.

SAÚDE SUPLEMENTAR

Crise: Os planos de saúde alegam passar por desequilíbrios financeiros e têm aplicado reajustes elevados e recorrentes nas suas mensalidades. Além disso, praticam rompimentos unilaterais de contratos, o que reforça a impressão de que passam por uma grave crise. Segundo um estudo¹ desenvolvido pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) e a Umame, muitas operadoras tiveram custos baixos em 2020, com a pandemia, mas entraram em resultado operacional negativo a partir de 2021 por conta de demanda repressada. A resposta veio por meio de reajustes altos e rescisões unilaterais. Dados mais recentes, no entanto, indicam cenário de recuperação. Pelo lado estrutural, têm ocorrido mudanças relevantes no mercado, com entrantes e novos modelos de negócio, fusões e aquisições, investimentos internacionais e alavancagem de grandes grupos. Mesmo antes da pandemia, grandes empresas do mercado de planos começaram a perder espaço, enquanto novos grupos passaram a crescer, principalmente aqueles com operações verticalizadas – em que plano e rede própria de prestação de serviços são integrados e o alinhamento de incentivos permite redução de custos e preços ao consumidor. De acordo com o documento, a capacidade das empresas de reajustar mensalidades dos planos coletivos diminuiu gradualmente, sendo observadas mudanças no padrão de concorrência, que vem aumentando. Os problemas se manifestam sobretudo no mercado de planos de saúde, por onde circulam o financiamento e os pagamentos. O estudo aponta como justificativa para esse descasamento os diferentes incentivos de ganhos entre as partes. Prestadores como hospitais, laboratórios, profissionais de saúde – os que realizam

¹ <https://ieps.org.br/setor-privado-e-relacoes-publico-privadas-da-saude-no-brasil-em-busca-do-seguro-perdido-estudos/>

os serviços ganham com produção mais alta. Os planos que realizam os pagamentos aos prestadores e ganham com produção mais baixa. Segundo o estudo, há gastos desnecessários, e isso é exemplificado pelo número de máquinas de ressonância magnética por beneficiários no Brasil, em que é quase o dobro da média dos países da OCDE, indicando que prestadores têm incentivos para expandir a capacidade instalada e gerar produção em demasia, cuja conta é paga pelos planos ou, em última instância, por quem os paga. A análise também aponta para o fato de que os custos com a gestão dos serviços privados no Brasil são quase o dobro da média da OCDE.

Fonte: ROCHA, Rudi; FRAGA, Armínio; LAGO, Miguel; CHAPCHAP, Paulo. Raízes da saúde privada no Brasil. Valor. São Paulo, 12, 13 e 14 de outubro de 2024.

Reajuste dos planos em 2024: No primeiro semestre de 2024, as operadoras de planos de saúde voltaram a registrar lucro operacional, de R\$ 2,5 bilhões. Com isso, a expectativa é que os reajustes dos convênios médicos, que saltaram entre 2022 e 2024, arrefeçam em 2025. A inflação médica, um dos indicadores que servem de parâmetro para o cálculo dos reajustes, em 2024, já está menor. A carteira de cerca de 4 milhões de usuários de planos corporativos, administrada pela consultoria Mercer Marsh, por exemplo, teve uma queda de 8,5 pontos na taxa de sinistralidade, para 78,4% nos seis primeiros meses, quando comparada ao mesmo período de 2023. Já a inflação médica na carteira da Mercer Marsh, no terceiro trimestre, ficou em 11,6% contra 17,2% de igual período de 2023. Os reajustes dos planos de saúde são baseados nos gastos médicos do ano anterior. O desempenho positivo das operadoras é devido a uma combinação de fatores como reajuste elevado por três anos consecutivos e planos de saúde com uma rede de atendimento médico (hospitais, laboratórios e clínicas) e serviços, como reembolso, mais enxutos. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou uma proposta para reformular a for-

ma como é realizado o reajuste dos planos de saúde, que será levada à audiência pública, além de outros aspectos relacionados ao setor. Uma das mudanças será permitir que os planos de saúde façam reajustes excepcionais, acima do percentual autorizado pela agência, em planos individuais. Já no caso de planos coletivos, a ANS propõe definir, por exemplo, uma cláusula padrão para a realização de reajustes das mensalidades, de modo que haja maior transparência no processo. A proposta da ANS prevê cinco eixos de discussão em audiência pública: (i) reajuste de planos coletivos; (ii) mecanismos financeiros de regulação (coparticipação e franquias); (iii) venda on-line; (iv) revisão técnica de preços de planos individuais/familiares; e (v) planos exclusivamente ambulatoriais.

Fonte: FERREIRA, Paulo. ANS propõe que plano individual possa ter reajuste acima do permitido. Estadão. São Paulo, 5 de outubro de 2024. A15. KOIKE, Beth. Reajuste dos planos de saúde será menor em 2025. Valor. São Paulo, 26, 27 e 28 de outubro de 2024. B. FERREIRA, Paulo. Reajuste acima do teto opõe planos de saúde e defesa do consumidor. Valor. São Paulo, 21 de outubro de 2024. A16.

Glosas hospitalares: Em 2023, cerca de R\$ 4,5 bilhões (o equivalente a 8,58%) da receita anual de R\$ 53 bilhões dos 140 maiores hospitais privados do país foram questionados pelas operadoras de convênio médico, que postergaram ou cancelaram o pagamento dos procedimentos médicos cobrados pelos estabelecimentos de saúde. Trata-se de prática conhecida no setor, chamada de glosa e que aumentou após 2021, com a crise no setor. Por outro lado, também há várias situações em que o hospital encaminha cobranças indevidas, com códigos e valores errados, sem cobertura dos planos de saúde, entre outras razões que motivam a discordância das operadoras. Atualmente, as glosas são o maior problema dos hospitais, como demonstrado pela carteira da Bionexo, entre janeiro e outubro de 2024, R\$ 801,2 milhões foram questionados pelas operadoras. Em 2023, foram R\$ 348,3 milhões. Por sua vez, a postergação de pagamentos afeta o fluxo de caixa que fica descasado, levando os hospitais a buscar capi-

tais em bancos com juros elevados para honrar as contas. Segundo Rafael Barbosa, CEO da Bionexo, há ainda muita ineficiência por parte dos hospitais, com erros de processos de pagamento. A automação dos processos de cobrança ajudaria a reduzir os erros, evitando que o pedido de pagamento seja enviado errado à operadora.

Fonte: KOIKE, Beth. Operadores retem R\$ 4,5 bilhões em pagamentos para hospitais. Valor. São Paulo, 26, 27 e 28 de outubro de 2024. B4.

INVESTIMENTOS PRÓPRIOS

Investimentos em expansão: Até 2026, a operadora de planos de saúde Hapvida investirá cerca de R\$ 2 bilhões em expansão de sua estrutura hospitalar. A companhia erguerá dez novos hospitais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Fortaleza, Recife, Belém e Campo Grande. A Croma Oncologia – joint venture criada pelo Beneficência Portuguesa (BP), Atlântica Hospitais (do Grupo Bradesco Seguros) e Grupo Fleury, empresa voltada ao tratamento integrado de pacientes oncológicos – nasceu com investimentos de R\$ 678 milhões por um período de cinco anos, feitos pelos três sócios. Além de tecnologia e interoperabilidade de processos, sistemas e equipes, os recursos também foram aplicados na abertura de quatro unidades ambulatoriais a serem inauguradas no início de 2025. Serão três em São Paulo (Lapa, Tatuapé e Morumbi) e uma no Rio (Botafogo). O Hospital do Graacc planeja fazer uma expansão de aproximadamente R\$ 300 milhões, esse montante será destinado à construção de uma nova torre com 100 leitos, o que irá mais do que dobrar a capacidade atual do hospital paulistano, e de um centro para compartilhamento de tratamentos e protocolos médicos para ajudar a rede pública de saúde de outras regiões do País. Já a Rede D'Or está investindo cerca de R\$ 7,5 bilhões na abertura de 5,4 mil novos leitos até 2028, o que representará um incremento de 46% sobre a base atual. A preferência da companhia, neste momento, é pela expansão orgânica, que tem propor-

cionado melhor retorno quando comparada às aquisições de ativos, que já foram atraentes no passado.

Fonte: KOIKE, Beth. Hapvida vai investir R\$ 2 bilhões em 10 hospitais até 2026. Valor. São Paulo, 4 de dezembro de 2024. B4.

Fonte: BARBIERE, Cristiane. Croma Oncologia nasce com aporte de R\$ 678 mi de Bradesco, Fleury e BP. Estadão. São Paulo, 20 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/coluna-do-broad/croma-oncologia-nasce-com-aporte-de-r-678-mi-de-bradesco-fleury-e-bp/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Fonte: KOIKE, Beth. Graac prevê R\$ 300 milhões para dobrar de tamanho. Valor. São Paulo, 5, 6 e 7 de outubro de 2024. B4.

Fonte: KOIKE, Beth. Rede D'or investirá R\$ 7,5 bi até 2028 em leitos e expansão. Valor. São Paulo, 19 de setembro de 2024. B.

REDE D'OR. Rede D'or atua em hospitais amazônicos. Valor. São Paulo, 19, 20 e 21 de outubro de 2024. A7

FUSÕES E AQUISIÇÕES

Aquisições do Fleury: O grupo Fleury comprou 100% do Confiance Medicina Diagnóstica, rede com 25 laboratórios de análises clínicas na região de Campinas (SP), por R\$ 130 milhões. A transação reforça a presença da companhia no interior paulista, onde planeja novas expansões. Hoje, o Fleury tem apenas duas unidades localizadas em Campinas e Jundiáí. Em Campinas, 47% dos 3,1 milhões dos moradores têm planos de saúde, um percentual bem acima da média nacional, que é de apenas 25%, e do Estado de São Paulo, de 42%. O volume de pessoas com convênio médico é um indicador relevante, porque mostra o público potencial.

Fonte: KOIKE, Beth. Fleury fecha compra de laboratório Confiance por R\$ 130 milhões. Valor. São Paulo, 28 novembro de 2024. B4

USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA MEDICINA

Realidade aumentada: Na área da saúde, o avanço do 5G deverá promover uma revolução com o aumento de conexões simultâneas, baixo tempo de resposta e maior capacidade de tráfego. Em pouco tempo, será possível fazer cirurgia à distância. A tecnologia também abre possibilidade para uso de realidades aumentadas e virtual na medicina, a exemplo do que tem feito o hospital Sírio Libanês, que já fez três procedimentos envolvendo os óculos de realidade mista

no planejamento cirúrgico. A solução, desenvolvida no próprio Sírío, pode ser usada em várias intervenções, como em treino de reanimação cardiopulmonar, no qual é possível visualizar as instruções pelos óculos. Já o Einstein, desde 2023, possui dois laboratórios 5G em São Paulo para testes de aplicações. Em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/FMUSP), o Inspere e o Hospital Oswaldo Cruz, a rede alemã desenvolve projetos de operação remota de equipamentos, e tem em análise outros projetos próprios, como monitoramento de pacientes de alta complexidade, central para acompanhar internados e implementação de wearables (dispositivos vestíveis). As expectativas em relação à aplicabilidade do 5G na saúde são tantas que envolvem até empresas de diferentes setores. Um consórcio liderado pela Deloitte e pelo HC reúne um ecossistema de parceiros dos setores de tecnologia e financeiro, além de governo e universidades para instalar a rede privativa 5G Open RAN (do inglês, Open Radio Access Networks). Chamado de Programa Open Care 5G, a ideia já recebeu US\$ 1 milhão em investimentos. “A iniciativa visa integrar tecnologias avançadas para melhorar a qualidade do atendimento, ampliar o acesso e potencializar a eficiência do sistema”, diz Marco Bego, diretor executivo do Instituto de Radiologia (In-Rad) da FMUSP e do InovaHC, gestor do ecossistema.

Fonte: CRESPO, Rose. Realidades aumentada e virtual serão tão comuns em hospitais como telecirurgias. Valor. São Paulo, 27 de setembro de 2025.

Adoção de inteligência artificial (IA): O Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE) de São Paulo passou a contar com um sistema de inteligência artificial que foi acoplado ao equipamento de raio X do hospital por meio de uma parceria com a Fundação Instituto



de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (Fidi). Trata-se da primeira unidade pública do Brasil a contar com esse tipo de ferramenta. A Fidi contratou a licença de uso da IA da empresa alemã Oxipit, especializada em medicina e responsável pelo treinamento do algoritmo, que faz a análise matemática das imagens. O sistema fica na nuvem computacional da Oxipit no Brasil. O projeto começou a ser implantado em março de 2024, nasceu para ajudar o trabalho feito no pronto-socorro, mas agora está disponível em todo o hospital, e já processou mais de 30 mil exames. O uso da IA reduziu o tempo de entrega dos resultados de raios X de tórax em 91,7%, passando de uma hora para cinco minutos. A ferramenta analisa toda a caixa torácica, incluindo pulmões, coração e ossos. Pode identificar 75 “achados” de imagem como alterações na aorta e no coração, por exemplo, como alterações na aorta e no coração, por exemplo.

Fonte: SANTANA, Ivone. IA Acelera análise de exames no Hospital do Servidor público. Valor. São Paulo, 5 de dezembro de 2024.